

João Tordo

AS TRÊS VIDAS

Romance



Primeira parte

UM INÍCIO

Ainda hoje, sempre que o mundo se apresenta como um espectáculo enfadonho e miserável, sou incapaz de resistir à tentação de lembrar o tempo em que, por força da necessidade, fui obrigado a aprender a difícil arte do funambulismo. Esses anos, que considero terem sido excepcionais – e, ocasionalmente, marcados por acontecimentos funestos –, deixaram-me num estado de melancolia crónica no qual, embora dele tenha procurado escapar, acabo inevitavelmente por voltar a cair. Esta melancolia, por vezes, resvala para o desespero, mas não vamos por aí; não é altura para, ao contrastar a minha existência actual com aquilo que em tempos foi, me deixar consumir pelo passado. Bastará dizer que não recordo um tempo em que a vida tenha sido particularmente feliz, mas que sou incapaz de esquecer cada hora que passei na companhia de António Augusto Millhouse Pascal.

Há dois anos, uma notícia num jornal dava conta de um leilão onde, entre outros objectos, iriam ser licitados os documentos encontrados na casa do falecido jardineiro deste homem para quem trabalhei há mais de duas décadas. Quando soube, fiquei imediatamente apreensivo e, ao imaginar as consequências, quase furioso – é inevitável que a pessoa que arrecadou o lote acabe

por remexer nos arquivos que eu compilei e mantive durante aquele ano na Quinta do Tempo e, se os observar com alguma atenção, acabe por chegar a conclusões que nada têm a ver com aquilo que verdadeiramente aconteceu. Surpreende-me, aliás, que isso ainda não tenha sucedido; que a reputação do meu antigo patrão ainda não tenha sido manchada, o seu nome usado erradamente, em detrimento da verdade.

A ignorância a respeito deste homem impera. Não se pode dizer que essa ocorrência seja estranha, uma vez que, a partir de uma certa altura da sua vida, se relacionou apenas com figuras influentes de uma esfera privada. Os que o conheceram superficialmente e se recordam do seu nome terão dele uma imagem deturpada – por ter escondido a verdadeira natureza da sua obra, poderá um dia ser vítima do escárnio daqueles que preferem amaldiçoar a manifestar incompreensão. Millhouse Pascal, filho de mãe inglesa e pai francês, nascido em Portugal mas errante durante grande parte da sua vida – em Espanha durante a Guerra Civil, na Inglaterra nos tempos de Churchill, vivendo nos Estados Unidos após a queda do nazismo –, parece ter estado em toda a parte e em lado nenhum, uma sombra à margem dos acontecimentos e, contudo, posso assegurar-lhes, uma parte determinante destes. Se, nos próximos tempos, surgirem versões rocambolescas acerca das suas actividades, é porque estas ficaram no segredo dos que com ele privaram e que com ele conheceram a dedicação de um asceta; os restantes irão apelidá-lo de *místico*, *excêntrico* e, quem sabe, *burlão*.

Também eu nada sabia sobre ele. A minha juventude, porém, permitiu-me experimentar coisas em que hoje me recusaria a acreditar, se me fossem apenas contadas. Custou-me o resto da minha patética existência, é certo, mas tive a oportunidade de viver em sua casa e de observar com os meus próprios olhos os seus métodos e a maneira prodigiosa como conseguiu transfigu-

rar a realidade e influenciar – quase poderia dizer *manipular* – os que, ao longo daquele tempo, recorreram aos seus serviços.

Pouco tempo depois do leilão, uma jornalista do *Diário de Notícias* que fazia uma reportagem sobre os casos em aberto da Polícia Judiciária interessou-se pela história oculta deste homem e, através de fontes que não quis desvelar, veio ter comigo, abordando-me à maneira petulante e lisonjeira dos repórteres, defeito da profissão pelo qual não a posso julgar. Agora que o homem está morto, disse-lhe, não vejo qualquer problema em contar-lhe tudo, e assim o fiz. Falámos durante três horas, e dei por mim a desbobinar a história dos últimos anos da sua vida que estava, compreendi então, indissociavelmente ligada à minha, à sua família, a Camila, a Gustavo, a Nina, a Artur e à viagem que, em 1982, acabou por selar aquilo de que eu vinha suspeitando há tanto tempo, isto é, a nossa inaptidão para continuar a viver a vida de todos os dias depois de certas coisas acontecerem. Não me parece que a jornalista – que era uma rapariga nova, com a curiosidade dos aprendizes – tenha acreditado na maior parte das coisas que lhe contei. Perguntou-me constantemente se podia apresentar provas mas, como irão descobrir, não foi possível conservar quaisquer documentos desses dias – para além daqueles que se encontram em lugar e mãos desconhecidos – e respondi-lhe que, a ser publicada a história, teria de o fazer de boa fé. Passaram-se dois anos, comprei o jornal todos os dias, e nem uma linha apareceu sobre o assunto.

Fui compreendendo, no tempo que passou desde a entrevista, que deixar um relato da minha experiência era uma necessidade. O que foi verdade e o que é, inevitavelmente, ficcionado, devido aos limites da memória, não importa; em última análise, a própria realidade é objecto de ficção. O mais importante é libertar-me dos fantasmas, pois acarreto as sombras de todas as coisas a que não tive coragem para colocar um fim. Isso re-

flecte-se, sobretudo, nos meus sonhos: ao contrário da crença habitual, não me parece que os sonhos sejam o espelho dos nossos desejos; cá para mim, acho que são o espelho dos nossos horrores, dos nossos piores medos, da vida que poderíamos ter tido se, numa altura ou noutra, não fôssemos incomensuravelmente cobardes.

ARTUR E O CONTRATO

Até então nada vivera; tivera a vida dos pobres, marcada pela necessidade. O meu pai tinha uma pequena empresa de construção civil e, no final dos anos setenta, em Lisboa, as coisas não lhe corriam de feição. Era, ainda assim, o único da nossa família que trabalhava – eu tinha vinte anos quando morreu e, com o liceu terminado, estudava inglês e matemática nas horas vagas, ajudando-o sempre que possível, mas planeando tirar o curso de Engenharia. A minha irmã, dois anos mais nova, dividia o tempo entre os estudos e fazer companhia à minha mãe, que era uma criatura silenciosa e apática, mastigada por uma vida sem grande significado. Vivíamos, porém, numa casa grande e espaçosa e não se podia dizer que nos faltasse alguma coisa essencial.

Em 1980, o meu pai adoeceu subitamente. Foi um acontecimento fulminante: num dia, levantou-se de madrugada, bem-disposto, para tomar o pequeno-almoço e partir para o trabalho; no dia seguinte, uma ambulância veio buscar o seu corpo debilitado, transportando-o para o hospital onde passou as últimas semanas de vida. A princípio os médicos pensaram que era uma apendicite, mas cedo descobriram que o problema era mais grave. Primeiro, segundo me explicaram, foi o fígado que desistiu de funcionar. Depois, a doença espalhou-se pelas outras partes do corpo, como um grupo de pequenos trabalhadores dispostos a

destruir tudo à sua passagem – os rins, o baço, o pâncreas – e, no final, nas últimas horas, creio que foi o meu pai quem acabou por desistir. As pessoas morrem porque desistem, pensei então, e essa desistência requer uma explicação, um relatório clínico que poupe as pobres almas, que as outras vêem partir, ao martírio da ignorância, de não saberem porque cá andaram ou que destino as espera.

Não tivemos muito tempo para chorar a sua morte. Depois de tratarmos do funeral e da cremação do corpo, de repente apercebemo-nos da situação em que nos encontrávamos: o dinheiro no banco duraria, no máximo, seis meses, e, sem rendimentos, éramos obrigados a procurar outro lugar para viver. Eu era o único em condições de conseguir um emprego e vi todas as responsabilidades caírem sobre os meus ombros. A minha irmã ofereceu-se para desistir do liceu e ajudar a família, mas proibiu-a de o fazer. Gente sem educação era gente à deriva, e a memória do meu pai exigia de mim que aguentasse o barco à superfície.

Mudámo-nos, assim, para um pequeno apartamento em Campolide, onde cedo nos entregámos a uma vida de anonimato. A minha mãe perdeu todas as referências que tivera ao longo da vida e, aos cinquenta anos, sem vontade de estabelecer laços afectivos com a vizinhança, apenas com a minha irmã por companhia, tornou-se ainda mais soturna. A mudança foi literal e metafórica: enquanto o meu pai fora vivo, existira sempre uma esperança muda, uma mão invisível que nos transportava silenciosamente ao longo dos dias. Após ele partir, eu tentei preencher o seu papel e fracassei. Na Primavera de 1981 – depois de ter tentado, sem sucesso, continuar o negócio do meu pai, de me ter empregado como fiscal de obras numa empresa que sofreu uma auditoria das Finanças e foi encerrada e de trabalhar como explicador de Inglês, ganhando apenas o mínimo indispensável para pagar a renda e pôr comida na mesa – vi-me num beco sem saída.

Com o final do ano lectivo, deixei de ter alunos, e o Verão que se seguiu foi sinistro. À torreira do sol, calcorreei a cidade à procura de biscates, sem conseguir encontrar nada. A minha mãe pediu algum dinheiro emprestado ao meu tio, que vivia em Espanha, e que nos enviou um cheque em pesetas, e eu sentei-me no sofá da nossa sala até ao princípio do Outono, com uma paralisia pavorosa que me impedia de contemplar o futuro.

No final de Setembro, porém, a minha irmã mostrou-me a página de anúncios de um jornal. Descobri, mais tarde, que durante meses ela olhara todos os dias para essas páginas, procurando arranjar uma solução para os nossos problemas. O anúncio, registado na coluna da esquerda em letra miudinha, dizia:

*Agência MP. Inglês absolutamente necessário.
Apartado 808 Lisboa.*

Era suficientemente intrigante para despertar a minha atenção. Não tinha grandes opções. Por aquela altura, a minha mãe passava o dia inteiro no quarto, a dormir ou deitada sobre a cama, esperando por nada, e, quando saía, era para beber uma chávena de chá e trocar umas quantas palavras com a minha irmã sobre assuntos corriqueiros. Sentia-me apanhado no meio de uma lenta procissão a caminho de um calvário prematuro e, ainda que isso servisse apenas para matar o aborrecimento, escrevi uma carta em resposta ao anúncio. Três dias depois, tinha uma entrevista marcada.

Encontrei-me com um homem chamado Artur num escritório da Baixa de Lisboa. Era o princípio de Outubro e o Outono chegara mais cedo, uma chuva intermitente caindo sobre uma cidade cinzenta, os transeuntes andando de um lado para o outro abrigados por chapéus-de-chuva pretos, os rostos escondidos ou olhando para o chão, a água suja da chuva correndo lentamente

para as bermas dos passeios. Subi ao segundo andar de um prédio silencioso e entrei numa sala pequena e atafalhada de arquivos, uma janela voltada para o saguão e uma secretária onde repousava uma máquina de calcular e uma pilha de papéis. Um homem alto estava de costas para mim.

«Sente-se», disse, voltando-se.

Artur era de idade indefinida. Muito alto e esguio, de cabelo cinzento e olhos rasgados e vítreos, vestia-se como um homem de negócios mas falava à maneira dos camponeses, um sotaque forte e arrastado. Adivinhei-lhe quarenta anos, ou pouco mais. Olhou-me durante algum tempo, parecendo ocupado com os papéis que tinha nas mãos.

«Trouxe os papéis das suas habilitações?»

Entreguei-lhe dois documentos oficiais: o diploma do liceu e o do curso de Inglês que terminara em 1979. Ele analisou-os e, sem nunca se sentar, fez-me várias perguntas sobre a minha situação. Expliquei-lhe onde morava, falei-lhe da minha mãe e da minha irmã e menti um pouco sobre os meus últimos empregos, numa tentativa de esconder o facto de me encontrar numa difícil posição financeira.

«Há muitas coisas que lhe devo explicar acerca deste trabalho, mas essas explicações ficarão guardadas para a altura conveniente. Terei, porém, de me assegurar de que entende a natureza discreta das nossas ocupações. Não somos um serviço público nem disponível aos cidadãos; prestamos serviços de uma natureza privada e dispendiosa, e a totalidade dos nossos clientes viaja do estrangeiro. É, portanto, de vital importância que nada daquilo que fazemos seja divulgado, nem junto da sua família, nem junto dos seus amigos.»

«Não tem de se preocupar com isso», disse. Artur estendeu-me uma folha de papel dactilografada. Nela estava estipulado o meu salário e as horas de trabalho.

«As garantias verbais de nada nos servem. No passado trabalhamos com pessoas que fizeram as mesmas promessas e depois se mostraram incompetentes para o cargo. Por isso, decidimos instituir um regime de residência na nossa *agência*» – ele venceu a palavra – «para evitar dissabores. Poderá vir à cidade, mas de tempos a tempos, e combinando previamente as suas visitas comigo. De resto, ser-lhe-á oferecido um quarto, comida e plenos direitos civis. Viverá num lugar agradável, a duas horas da cidade, sossegado e isolado. Os seus deveres não ultrapassarão o âmbito dos deveres de qualquer secretário. Irá ler e redigir correspondência, organizar arquivos e fazer tabelas de horários semanais. O inglês é fundamental para entrar em contacto com os nossos clientes. Terá acesso a material de escritório e a uma extensa biblioteca».

«A minha família vive aqui em Lisboa, e depende de mim», afirmei, subitamente consciente do que aquele emprego implicava. «Não sei se será sensato ausentar-me durante períodos muito longos.»

«Temos gente em Lisboa que poderá tratar de assuntos prementes em seu lugar. Se existir alguma urgência, poderá obviamente vir à cidade», apressou-se a dizer Artur.

O homem queria uma resposta imediata. Olhei para a folha que segurava entre os dedos. O salário era superior ao que poderia imaginar – cento e cinquenta mil escudos por mês. Meditei durante alguns segundos, sentindo o olhar vago de Artur sobre mim, incapaz de dizer se me perscrutava ou me fitava por mera curiosidade, quem sabe se por falta de outro objecto de contemplação.

Tomei a decisão num momento fugaz. Fechamos os olhos e já está, entregamo-nos nas mãos de outro. Tinha 21 anos quando assinei um contrato com aquele homem que, descobri pouco tempo depois, era o jardineiro de António Augusto Millhouse Pascal.

A QUINTA DO TEMPO

Despedi-me da minha mãe e da minha irmã numa noite de quarta-feira, seguindo as instruções precisas do meu contratante: deveria apanhar a camioneta de Lisboa para Santiago do Cacém ao princípio da noite, chegando à pequena cidade do Alentejo pouco antes das onze. Levaria pouca roupa (se fosse necessário, existiria roupa à disposição no lugar para onde ia), um mínimo de pertences e um despertador. Durante a viagem, sentado junto da janela e assistindo à lenta passagem da noite, observando o meu reflexo no vidro, fui relembrando os últimos momentos em Lisboa: um adeus, um beijo no rosto, o papel de carta e os envelopes que a minha irmã me oferecera. O jardineiro avisara-me, antes de sair do pequeno escritório, que na sede da Agência MP não existia telefone e que todas as comunicações eram feitas através de correspondência escrita. A minha irmã foi naquele dia a uma papelaria e trouxe-me folhas e envelopes com os selos colados, para que a tarefa de lhe escrever me fosse fácil. Todos os meses enviaria o cheque do meu ordenado para que ela o depositasse na sua conta bancária.

A viagem foi morosa. A certa altura adormeci e tive sonhos inquietos nas fronteiras do pesadelo, dos quais fui despertando por causa dos solavancos da camioneta. Quando chegámos a Santiago, chovia abundantemente. Passámos as piscinas municipais, a Praça do Município, e quando chegámos à estação apeei-me, carregando a pequena mala pelas estreitas ruas ensopadas. Nunca havia estado naquela cidade e, por entre o cinzento do céu, pude ver a chuva caindo sobre palmeiras e um castelo distante. Segui as indicações de Artur e dirigi-me à Praça do Conde Bracial pelos caminhos de calçada que ladeavam as ruelas íngremes. No centro da minúscula praça havia um monumento de 1845, uma espécie de seta apontada aos céus, no cimo da qual

a cruz de Cristo se lamuriava. Subi a Travessa de João Barros, passei em frente de uma pequena estação de rádio; junto da Calçada do Castelo, encontrei a casa que o jardineiro me indicara, um velho palacete que parecia abandonado, onde supostamente nos iríamos encontrar.

Era o mais bizarro dos lugares. Não era uma pensão, nem uma hospedaria, ainda que quem lá vivesse me tivesse tratado como um hóspede. No átrio, uma mulher e um homem, ambos nos seus cinquenta anos, informaram-me de que Artur telefonara a comunicar a sua indisponibilidade para se encontrar comigo naquela noite, e que apareceria pela manhã para me vir buscar. Fiquei um pouco espantado mas, não querendo ofender a sensibilidade daquelas pessoas, deixei-me conduzir para um quarto no piso superior, que se encontrava na penumbra, os móveis de madeira rangendo ocasionalmente por causa da humidade. O quarto era pequeno e tinha apenas uma cama de molas e uma mesa-de-cabeceira. Lá fora, no corredor, existia uma cadeira encostada à parede a meio caminho entre duas portas, abandonada, certamente destinada ao espírito que, vagueando pelo casarão silencioso à noite, lá se decidiu sentar para meditar sobre a sua existência vagabunda. A senhora subiu para me trazer uma sopa de tomate com ovo e, quando passava da meia-noite, adormeci com o ruído da chuva.

A madrugada ainda não chegara quando bateram à porta. Dois toques bruscos, secos, e levantei-me da cama de um salto, o quarto escuro fugazmente iluminado pela lua que, lá fora, ainda ia alta no céu. Estremunhado, abri devagarinho a porta e vi o rosto pálido, de barba por fazer, e os olhos vítreos de Artur.

«Estou lá em baixo à sua espera», disse-me, antes de se voltar e descer as escadas.

Eram cinco e quinze da manhã. Cansado, e na ausência de chuveiro para tomar um duche, lavei a cara e desci usando as

mesmas roupas do dia anterior. A casa parecia deserta e lúgubre, mergulhada na omnipresença da noite. Artur estava sentado na poltrona da sala, muito direito, olhando em frente. Quando me aproximei ergueu-se, e saímos pela porta da frente.

Na escuridão da rua caminhámos cerca de dez minutos, em silêncio, até um carro estacionado junto de um parque: um *Citroën* Dois Cavalos preto que parecia novo, como se alguém lhe tivesse acabado de puxar o lustro. Fizemo-nos à estrada. Em menos de cinco minutos estávamos fora de Santiago do Cacém, na direcção das ruínas romanas, percorrendo a única estrada que existia por aqueles lados. Artur não disse uma única palavra excepto «ponha o cinto» no início da viagem, pedido a que obedeci, e, depois de alternar entre a observação da estrada e olhar de relance o seu rosto (debaixo da barba tinha uma pele enrugada, quase bexigosa, e olheiras profundas), acabei por dormir um pouco, embalado pelos suaves solavancos do *Citroën*.

Quando despertei estávamos a sair da estrada principal e a entrar por uma estrada secundária. A luz começava a nascer e a chuva cessara; levantavam-se os aromas característicos do Outono, presságio de um dia ameno. A presença silenciosa de Artur tinha o peso de uma eternidade, o seu semblante neutro, a ausência de expressão dos seus gestos, a ausência de cor de tudo o que o rodeava. Parecia mais uma sombra do que um homem e, enquanto o carro percorria uma estrada de terra batida ladeada por enormes árvores selvagens – tão altas que se abraçavam sobre o caminho, obscurecendo o céu –, ocorreu-me que poderia estar a cometer um erro, no meio de parte nenhuma com um homem desconhecido que me oferecera um trabalho em condições incompreensivelmente vagas. Não tive muito tempo para matutar neste problema. Minutos passados, chegámos a um portão de ferro ladeado por dois sustentáculos de pedra branca trabalhada.

Uma placa adornada anunciava que tínhamos chegado à Quinta do Tempo. Artur parou o carro, saiu, abriu o pesado portão e voltou a entrar no carro, conduzindo-nos para o interior.

A Quinta do Tempo era muito diferente da agreste estrada secundária que percorrêramos. Tudo parecia estar bem tratado: o longo caminho ladeado por árvores frondosas, os campos cultivados de espigas douradas em redor, o próprio céu que, amanhecendo sem nuvens, dava a impressão de ter sido tratado de antemão. Era como entrar num paraíso, num tempo anterior ao presente, mas não necessariamente passado. A estrada desembocava no terreno fronteiro às habitações, onde uma fonte redonda de pedra, cheia de água da chuva, era dominada pela escultura de um golfinho. O casarão era um edifício de dois andares com um anexo, perpendicular a uma habitação menor, formando um «L» deitado. A porta principal era alta e verde-escura, adornada por um candeeiro antigo que permanecia aceso da noite; tinha quatro janelas no segundo andar e quatro no andar inferior, as do piso superior com varandins redondos. Existia ainda um terraço: cá de baixo, eram visíveis as palmeiras e a vegetação verde e púrpura que trepava pelos seus muros brancos.

O anexo era uma espécie de segunda casa, de menor altura, coberta de heras do chão ao tecto, as raízes grossas e emaranhadas. Viam-se apenas as janelas (quatro na parte superior, também com varandins) e uma porta castanha mais pequena com um batedor. Tudo o resto era folhagem e mais folhagem, como se a natureza tivesse decidido deixar em paz o edifício principal e consumir aquela miniatura, escondendo por completo as suas paredes. Na ausência das heras, teria adivinhado que aquela era a habitação dos caseiros; porém, ao caminhar atrás de Artur, passando pela fonte, a porta principal e a porta do anexo, e contornando o casarão, descobri a parte mais pequena do «L», um edifício de pedra escura de aspecto antigo e abandonado, este

finalmente uma casa alentejana normal, sem adornos, de duas janelas.

«Vou mostrar-lhe onde fica o seu quarto, depois podemos dar uma vista de olhos à casa principal», disse Artur, arrastando as botas pelo chão de terra húmida. Estacionado junto de uma árvore encontrava-se um carro de luxo, um *Bentley* Sedan de cinco portas. Artur deixara o *Citroën* parado no final da estrada, um tanto abandonado, e era fácil perceber porquê: ao voltar da esquina estava uma preciosidade prateada, que mais tarde descobri ser datada de 1963, «importada» pelas mãos do próprio Artur no final dos anos setenta.

«Fui eu próprio buscá-lo a Inglaterra», contou-me quando lhe perguntei sobre a proveniência daquele carro. «O patrão achou necessário ter uma viatura adequada, e este era o modelo que desejava. As chaves foram-me entregues por um amigo pessoal do patrão numa vila a sul de Londres, aonde me desloquei de avião. Voltei para cá ao volante, metendo-o no barco que atravessa o Canal da Mancha. Só em taxas alfandegárias pagámos trezentos contos. É um sorvedouro de gasolina, mas é um carro à medida de qualquer homem que queira depender de uma máquina.»

Fiquei instalado no segundo andar da casa secundária, onde Artur habitava o piso inferior. A decoração era espartana: uma pequena cozinha, um sofá para duas pessoas com uma televisão minúscula sobre uma mesa, e uma arrecadação nas traseiras repleta de instrumentos de jardinagem, mangueiras e aspersores. O meu quarto era uma divisão rectangular abafada, com uma cama de solteiro, um armário, uma mesa-de-cabeceira e uma secretária junto da janela. Da janela via-se um extenso relvado, de um verde vivo, que ocupava as traseiras da casa, fazendo lembrar os relvados das casas coloniais inglesas na Índia, cujas imagens eu vira num livro do meu pai. Espalhadas pelo relvado estavam mesas e cadeiras brancas e, na extremidade mais afastada da casa,

uma enorme árvore espalhava os seus ramos nas quatro direcções, criando uma grande área de sombra. A uns dez metros da árvore estava um objecto que não consegui distinguir, alguma coisa em forma de cruz. Largámos a minha mala à entrada do quarto e voltámos a sair para o dia que, embora tivesse ameaçado sol, regressara ao cinzento da madrugada.

«Aqui vive o patrão», anunciou Artur, quando passámos outra vez defronte da casa coberta de heras. «O acesso é proibido a menos que sejamos convidados a entrar, e espero que cumpra essa regra.»

O lugar estava completamente silencioso. Eram agora seis e meia da manhã e, à distância, um galo cantava. Um bando de pássaros sobrevoou a casa, pairou por um instante e debandou. Entrámos no casarão principal. Um corredor na penumbra atravessava o espaço de um lado ao outro – através de uma pequena janela ao fundo vislumbrei o jardim – e uma escadaria em madeira conduzia ao andar superior. Artur caminhou à minha frente, a passo rápido, pelos primeiro e segundo pisos – duas salas de estar, uma cozinha enorme, apetrechada para lidar com jantares numerosos, portas fechadas que conduziam a quartos; o meu guia não dizia palavra, e depreendi que pouco ou nada teria a fazer naquele lugar que aparentava estar deserto, mostrando-me apenas o percurso dos corredores para, eventualmente, não me perder. Quando voltámos a descer as escadas, aproximámo-nos de uma porta mais alta do que as outras, e Artur fez um compasso de espera antes de a abrir, assegurando-se de que eu me encontrava atento.

A porta abriu-se, revelando uma enorme biblioteca. Neste espaço o casarão não estava seccionado: o que, do outro lado da porta, era o segundo piso, aqui era um espaço aberto de prateleiras de livros que corriam as paredes, com um passadiço de madeira suspenso, a toda a volta, que se alcançava subindo uma

escada. No centro havia uma enorme mesa quadrada que estava coberta de uma ponta à outra com livros abertos e fechados, papéis e mapas (existiam milhares de volumes naquela sala – um acervo que acabou por nunca ser feito, uma vez que as circunstâncias destruíram aquele casarão alguns anos mais tarde). Um par de janelas compridas enchia a biblioteca da luz mortiça da madrugada; no ar fluuava o pó que os livros acarretam, mas também uma sensação familiar de quietude. No intervalo entre duas estantes reparei numa fotografia antiga, pequena, colocada ao nível dos olhos, de tal maneira discreta que parecia destinada a que nela não reparássemos. Nela estava um jovem casal posando para a imagem, uma mulher bonita e esguia sentada ao lado de um homem de bigode que, de pé, segurava na mão direita um relógio redondo à altura do peito, como se o estivesse a meter no bolso da frente do casaco. *Quinta do Tempo*, ocorreu-me, enquanto olhava a fotografia, cuja legenda, em baixo, dizia 1905 – *Sébastien Pascal e Alma Millhouse*.

«Aqui será o seu escritório», indicou Artur, dirigindo-se para o espaço debaixo da escada e abrindo uma pequena porta. Lá dentro havia uma sala sem janelas, exígua, ocupada por dois arquivos verticais e uma secretária onde repousava uma máquina de escrever, uma resma de folhas brancas e um conjunto de canetas.

«O nosso empregado anterior deixou as coisas num estado de confusão inenarrável», confessou Artur, abrindo a gaveta superior de um dos arquivos, que chiou estridentemente, revelando um monte de ficheiros atafalhados de papel. «A sua primeira função é colocar ordem neste caos, o que irá demorar alguns dias, por isso prepare-se para passar o resto da semana e o sábado e o domingo enfiado aqui dentro.»

«O que está dentro desses ficheiros?»

Artur fechou a gaveta e limpou as mãos com um lenço que tirou do bolso das calças coçadas. «Gente. Centenas e centenas de pessoas. Os clientes do patrão, por assim dizer. O nosso empregado anterior, como já lhe disse, *sabotou* a nossa empreitada com a sua estupidez e deixou tudo num desarrumo, e agora é necessário olhar para os ficheiros, um a um, e voltar a dar-lhes sentido e eficiência. Dou-lhe um exemplo.» Abriu a segunda gaveta do arquivo, também ela carregada de papelada, e tirou um ficheiro, abrindo-o na primeira página. «Aqui temos a ficha pessoal de... deixe lá ver... ah, o senhor Florian Shultz. Um velho amigo e cliente do patrão», disse o jardineiro, passando rapidamente a dúzia de páginas dactilografadas que tinha entre as mãos. «Ora, a primeira coisa a fazer é livrarmo-nos deste acumular desnecessário de informação. Identidade, descrição, preferências, lugares de proveniência, gostos, desgostos, melhor altura para visitar, etc., tudo isto pode ser resumido numa página apenas, de manuseamento fácil e disponível imediatamente após o ficheiro lhe ser pedido. A informação sobre Shultz está agora espalhada por dez ou doze páginas que foram sendo acrescentadas à ficha inicial ao longo dos anos; o objectivo é que essa ficha inicial contenha o essencial, e que o resto passe a fazer parte do registo histórico» – Artur voltou a enfiar o ficheiro na gaveta, fechou-a e abriu a gaveta inferior do mesmo arquivo, que estava vazia – «que ficará exactamente aqui. Entende?»

Acenei com a cabeça, embora ainda pouco entendesse. Queria perguntar-lhe o que fazia exactamente o *patrão* – de quem ainda nem sabia o nome –, mas estava de alguma maneira subentendido que essa informação era irrelevante.

«Depois, existe o problema da actualização da nossa base de dados. Em cada ficheiro existem diversas moradas de contacto, mas que muitas vezes são obsoletas, uma vez que os clientes se deslocam frequentemente de um lugar para o outro. Encontrá-